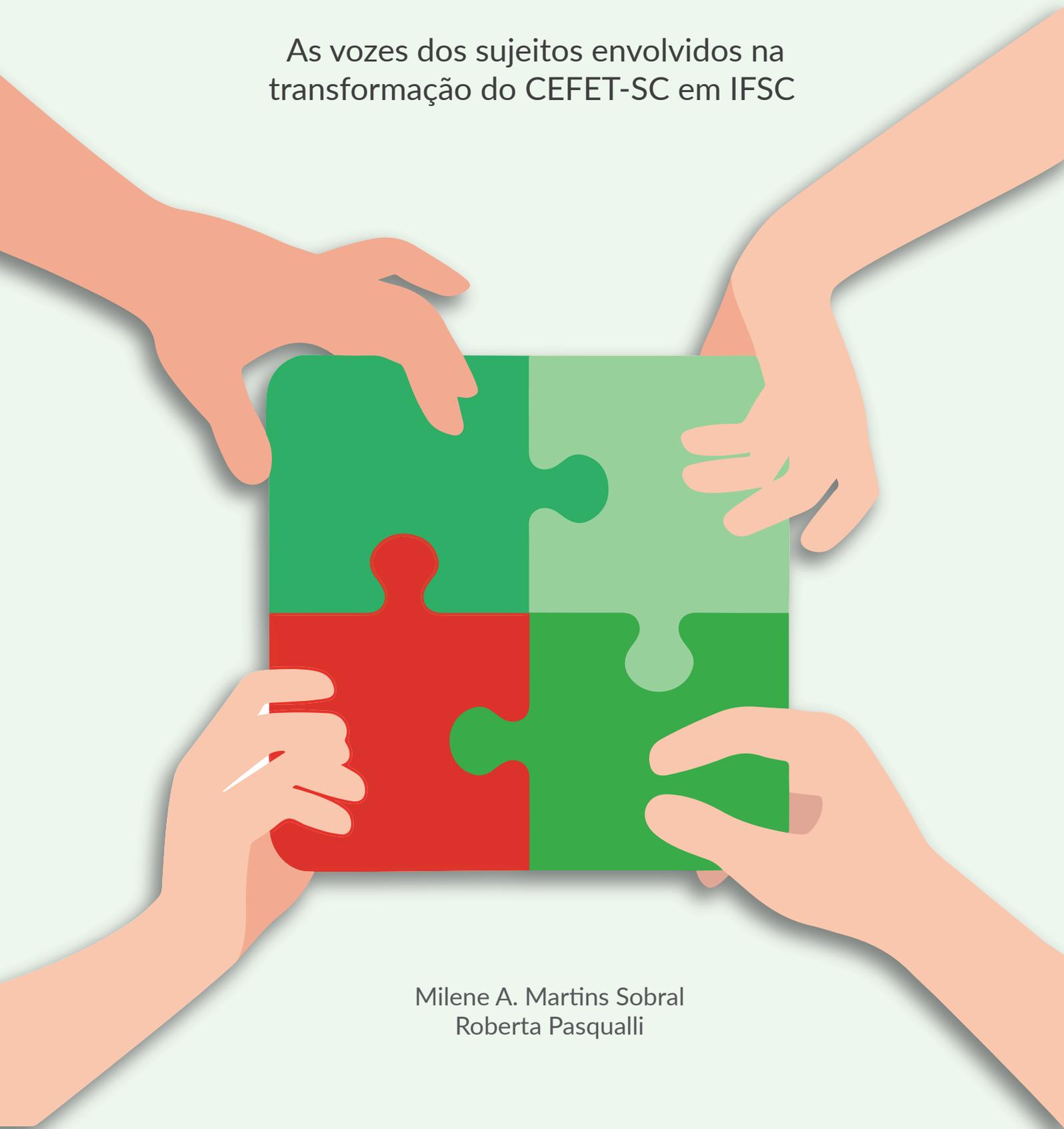


Caderno de Depoimentos

As vozes dos sujeitos envolvidos na transformação do CEFET-SC em IFSC



Milene A. Martins Sobral
Roberta Pasqualli

Caderno de Depoimentos

As vozes dos sujeitos envolvidos na
transformação do CEFET-SC em IFSC

Milene A. Martins Sobral
Roberta Pasqualli



Florianópolis/SC
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

S 677c Sobral, Milene Aparecida Martins.

Caderno de depoimentos: as vozes dos sujeitos envolvidos na transformação do CEFET-SC em IFSC. / Milene Aparecida Martins Sobral. - Florianópolis, 2023.
41p.

Produto Educacional apresentado como parte de Trabalho Final de Curso ao mestrado Profissional em EPT – Instituto Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Florianópolis, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Pasquali.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. História da Educação Profissional e Tecnológica. 3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. 4. Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 5. Transformação CEFET-SC. I. Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis. II. Título.

CDD 370.152 2

Catalogado por: (Jussiane Ribeiro da Luz - CRB14/1412)

ISBN 978-65-88663-73-8

APRESENTAÇÃO

Esse caderno de depoimentos é o produto educacional vinculado à pesquisa intitulada “**No novo tempo... apesar dos perigos: a transformação do CEFET-SC em IFSC**”, desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFSC).

O Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) tem como objetivo proporcionar formação em Educação Profissional e Tecnológica, “visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e aos conhecimentos sistematizados” (PROFEPT, 2018, p. 2).

A pesquisa que deu origem a este caderno, teve como objetivo principal investigar o processo de transformação do CEFET-SC em IFSC a partir da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007 – Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo e considerando quais os entendimentos e expectativas acerca da nova institucionalidade.

Diante disso, este caderno tem como objetivo apresentar os relatos e os depoimentos dos sujeitos envolvidos neste processo e, também, mostrar uma síntese do processo ocorrido entre os anos de 2007 e 2008 no interior da instituição. Ademais, o caderno versará ainda, a partir de fontes documentais como, por exemplo, a legislação sobre os IFs, regulamentações internas do CEFET/IFSC e as teses propostas a acerca da transformação.

Considerando a complexidade das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e suas diversas facetas ao longo de suas trajetórias, esperamos que esse caderno sirva de subsídio para ampliar as discussões acerca da nova institucionalidade, visando ainda a divulgação e preservação da história do IFSC. Além disso, este caderno também poderá ser utilizado na formação dos servidores, quando o objetivo for problematizar a nova institucionalidade, suas funções e seus desafios administrativos e político-pedagógicos.

Este caderno está organizado em: introdução, onde apresentamos um breve histórico sobre as transformações institucionais ao longo dos anos. Já no segundo capítulo, apresentaremos como se deu o início do processo e o debate interno de transformação do CEFET-SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa de Catarina (IFSC). No terceiro capítulo, trataremos de apresentar os sujeitos e seus depoimentos sobre o processo de transformação do CEFET-SC no IFSC.

Boa leitura!

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Linha do tempo do histórico de transformação da Escola de Aprendizes Artífices até o IFSC</i>	10
<i>Figura 2 - Dados sobre o contingente de participantes que eram servidores do CEFET-SC em 2007</i>	15
<i>Figura 3 - Tempo de trabalho dos participantes em 2007</i>	16
<i>Figura 4 - Distribuição de atuação dos servidores por unidade em 2007</i>	17
<i>Figura 5 - Você tem conhecimento da intenção do Ministério da Educação em transformar o então CEFET-SC em IFSC?</i>	22
<i>Figura 6 - Você lembra como foi colocada na sua unidade a transformação do CEFET em IFET?</i>	24
<i>Figura 7 - Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública?</i>	26
<i>Figura 8 - Você participou da votação na consulta pública realizada em 28 de fevereiro 2008 na unidade de São José, e no dia 06 de março de 2008 nas demais unidades?</i>	30
<i>Figura 9 - Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública?</i>	30
<i>Figura 10 - Você foi favorável ou contrário à criação do Instituto Federal?</i>	31

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 - Níveis de carreira dos técnicos administrativos em educação (TAEs)</i>	16
<i>Quadro 2 - Datas e horários para recebimento de teses por unidade</i>	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CONCEFET	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DG	Direção-Geral
EBTT	Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFSC	Escola Técnica Federal de Santa Catarina
FG	Função Gratificada
IF	Instituto Federal
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias de Santa Catarina
MEC	Ministério da Educação
PL	Projeto de Lei
ProfEPT	Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica
SC	Santa Catarina
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
TAEs	Técnicos Administrativos em Educação
UT	Universidade Tecnológica
UTF	Universidade Tecnológica Federal
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTFSC	Universidade Tecnológica Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

01

Introdução

(pág. 09)

02

Os antecedentes e o início do processo de transformação de CEFET-SC em IFSC

(pág. 12)

03

Os sujeitos da transformação – os trabalhadores do CEFET-SC

(pág. 15)

04

Considerações Finais

(pág. 37)

05

Referências

(pág. 40)



Introdução

01

01 – Introdução

Para iniciar essa conversa, traçamos um histórico da transformação **da Escola de Aprendizizes Artífices (1909) até o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC (2008)**, trazendo informações acerca das mudanças institucionais ocorridas ao longo da trajetória desta instituição.

A história da Rede Federal Educação Profissional de SC inicia-se, como no resto do país, a partir de 1909 por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina. O objetivo da instituição era proporcionar formação profissional aos filhos de classes menos favorecidas ou dos “desvalidos da sorte” (IFSC, 2020).

Durante os primeiros anos, a instituição oferecia ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica. Na década de 1930, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a instituição passou a se chamar Liceu Industrial de Florianópolis. (IFSC, 2020). Por meio do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis e, neste momento, começou a ofertar cursos industriais básicos, com duração de quatro anos, e cursos de mestria aos ingressantes no ensino secundário (IFSC, 2020).

A partir da Lei nº 4.749, de agosto de 1965, o nome da instituição mudou novamente, passando a se chamar Escola Industrial Federal de Santa Catarina (IFSC, 2020). Por meio da Portaria Ministerial nº 331, de 17 de junho de 1968, a instituição passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), nome que a tornou conhecida até os dias atuais, apesar de não se chamar mais assim. Nesse momento, a ideia era especializar-se em oferecer cursos técnicos de segundo grau e, naquele tempo, optou-se por iniciar a extinção gradativa do curso ginásial, por meio da supressão de novas matrículas na primeira série. Com a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, encerrou-se o ensino de primeiro grau, passando a funcionar agora apenas com ensino de segundo grau (IFSC, 2020).

Nos anos seguintes, a ETFSC começou a expandir sua área de atuação. Em 1988 foi inaugurada a unidade de São José, primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital. Em 1994, foi implantada uma unidade em Jaraguá do Sul e, em 1995, foi dado início ao curso de Enfermagem no município de Joinville, como extensão da Unidade de Ensino de Florianópolis (IFSC, 2020).

Entre os anos de 1970 e 1980 a ETFSC implantou diversos cursos técnicos: Estradas, Saneamento, Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações e Refrigeração e Ar Condicionado. Na década de 1990, a ETFSC ampliou seu leque de atuação, passando também a oferecer cursos na área de Informática, Enfermagem e Segurança do Trabalho na grande Florianópolis e cursos na área têxtil em Jaraguá do Sul. Em 1994, com a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, todas as escolas técnicas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), condicionados à publicação de Decreto presidencial para cada centro. Entretanto, somente em 27 de março de 2002, foi publicada a criação do Centro Tecnológico de Santa Catarina (IFSC, 2020).

Com a Lei nº 11.195/2005 teve início em todo o país um processo de interiorização e de expansão das Instituições Federais de EPT. A legislação anterior, datada de 1998 (Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998), impedia a construção de novas escolas técnicas federais sem parceria com os estados. A revogação dessa Lei foi o primeiro passo dado pelo Ministério da Educação (MEC) para dar início ao processo de expansão da rede federal.

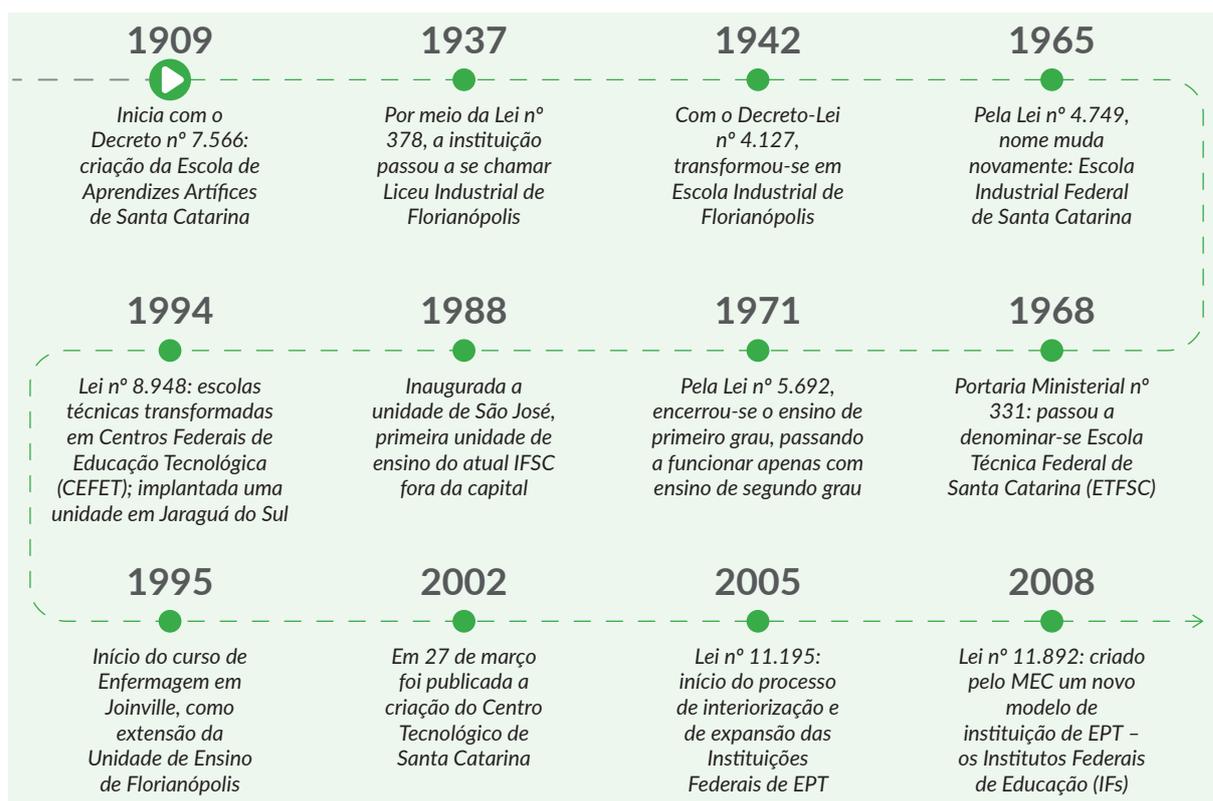
Em 2008, com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi criado no âmbito do MEC um novo modelo de instituição de EPT, estruturado a partir do potencial instalado nos CEFET, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e escolas vinculadas às Universidades Federais. Assim, nasceram os Institutos Federais de Educação (IFs), Ciência e Tecnologia, como observamos no 2º parágrafo da referida lei:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Diante dessa nova legislação, os IFs passaram a ter sua oferta especializada em EPT por meio da disponibilização de diferentes níveis e modalidades de cursos, que vão desde a formação inicial e continuada à pós-graduação lato e stricto sensu. Nessa nova configuração, receberam a tarefa de desenvolver suas atividades em ensino, pesquisa e extensão.

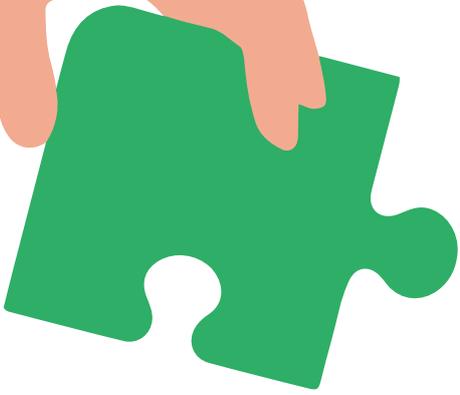
A seguir, é apresentada uma linha do tempo do histórico de transformação da Escola de Aprendizes Artífices até o IFSC (Figura 1).

Figura 1 - Linha do tempo do histórico de transformação da Escola de Aprendizes Artífices até o IFSC.



Fonte - Dados da pesquisa, com base em IFSC (2020)

*Os antecedentes e o
início do processo de
transformação de
CEFET-SC em IFSC*



02

02 – Os antecedentes e o início do processo de transformação de CEFET-SC em IFSC

Neste capítulo, apresentaremos como se deu o início do processo e o debate interno de transformação do CEFET-SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa de Catarina (IFSC), a partir do lançamento da Chamada Pública nº 002/2007 MEC/SETEC, dos documentos encontrados e, entrelaçando as vozes dos relatos dos servidores envolvidos neste momento institucional.

Diversas foram as formas como cada instituição lidou e organizou seus processos internos de transformação para a nova institucionalidade. A ampla maioria dos CEFETs, com exceção do CEFET-RJ e CEFET-MG, seguiram os apontamentos do documento elaborado pelo Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação (CONCEFET), intitulado “Manifestação sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Este documento indicava os benefícios institucionais em aceitar a proposta do governo e se colocava favorável às mudanças propostas.

As propostas, de modo geral, foram elaboradas pelos gestores dos então CEFETs seguindo os apontamentos do CONCEFET, sem o envolvimento de toda a comunidade acadêmica.

O CEFET-SC teve um processo distinto da maioria das demais instituições. Desde a publicação do Decreto nº 6905/2007, a Direção-Geral (DG) da época organizou em suas unidades, reuniões acerca da transformação para o IFET. Cabe destacar que em 2007, o CEFET-SC contava com 7 unidades nas seguintes cidades de Santa Catarina: Florianópolis-Centro (1909), São José (1988), Jaraguá do Sul (1994), Florianópolis-Continente (2006), Chapecó (2006), Joinville (2006), e em processo de implantação, Araranguá (2007) (SILVA; SILVA; SANTOS, 2014).

Para pensar as questões sobre mais essa mudança institucional, recorreremos a Lima Filho (2006, p. 41), que afirma que foi alimentado por anos o desejo dos CEFETs em serem transformados em Universidades Tecnológicas (UT), principalmente por conta da reforma da educação profissional iniciada em 1998. Porém, a única instituição que a partir da Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, se transformou em Universidade Tecnológica foi o CEFET do Paraná, frustrando, desse modo, os objetivos dos demais CEFETs, em especial do CEFET do Rio de Janeiro e de Minas Gerais¹.

Se por um lado a notícia da transformação apenas do CEFET do Paraná em Universidade Tecnológica frustrou os dois CEFETs citados anteriormente, no interior de outras instituições, a possibilidade de extensão aos demais parecia ainda mais concreta. E foi isso o que aconteceu no interior do CEFET-SC sete meses após a transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica do Paraná. De acordo com a Ata da 63ª Reunião do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), disponibilizada por Silva, Silva e Santos (2014), em 23 de maio de 2006, foi aprovado o Projeto de Credenciamento da Universidade Tecnológica Federal de Santa Catarina (UTFSC).

¹ Os CEFETs de Minas Gerais e do Rio de Janeiro ascenderam à condição de CEFET acompanhados do Paraná, em 1978. Por conta disso, intencionavam ascender à UT assim como ocorreu no Paraná.

O projeto foi entregue diretamente ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006, pela Diretora Geral do CEFET-SC, Consuelo Aparecida Sielski Santos, em uma das passagens do presidente pelo Estado de Santa Catarina. Esse projeto, no entanto, não foi disponibilizado pelos autores citados acima.

Salientamos que, em 2006, aconteceu o pleito eleitoral para a escolha do novo presidente do Brasil, sendo o então presidente candidato à reeleição e com compromissos eleitorais de ampliação da Rede EPT. Consideramos esse acontecimento significativo, mesmo que o projeto Universidade Tecnológica tenha sido abandonado pelo Ministério da Educação, pois percebeu-se que já existia uma ideia de uma nova institucionalidade sendo gestada dentro do CEFET-SC. Essa nova institucionalidade passava pelo projeto de Universidade Tecnológica e isso, possivelmente, trouxe implicações durante o processo de transformação em IFET.

*Os sujeitos da
transformação - os
trabalhadores do
CEFET-SC*



03

03 – Os sujeitos da transformação – os trabalhadores do CEFET-SC

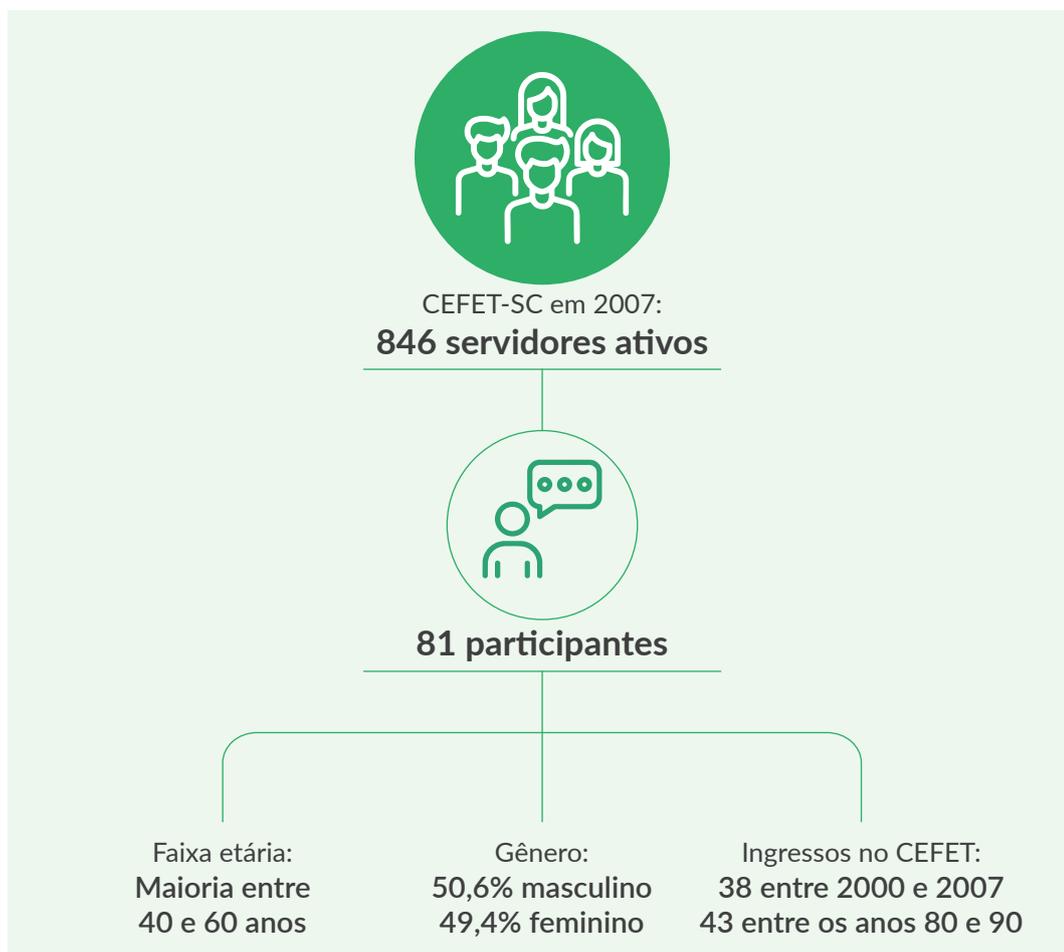
Nas próximas linhas, apresentaremos o perfil dos sujeitos e seus depoimentos sobre o processo de transformação do CEFET-SC no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

De acordo com Ribas (2013), no ano de 2007 o CEFET-SC contava com 846 servidores ativos, somando os servidores de todas as unidades. Deste montante, 81 servidores, que serão aqui denominado de participantes, aceitaram relatar suas lembranças sobre o processo de transformação institucional.

A faixa etária dos participantes é, predominantemente, entre 40 e 60 anos. Denominaram-se do gênero masculino 50,6%, enquanto 49,4% denominaram-se do gênero feminino. Com relação ao ano de ingresso na instituição, teremos 38 servidores que ingressaram entre os 2000 e 2007, ou seja, eram recém-chegados na instituição, enquanto que 43 ingressaram entre os anos 80 e 90 e, portanto, já contavam com uma trajetória mais longa dentro da EPT.

A Figura 2 apresenta os principais dados sobre o contingente de servidores do CEFET-SC em 2007.

Figura 2 - Dados sobre o contingente de participantes que eram servidores do CEFET-SC em 2007.



Fonte - Dados da pesquisa, com base em Ribas (2013)

Sobre quais cargos os entrevistados ocupavam na instituição em 2007, temos: 61,7% de servidores docentes, enquanto 38,3% são servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAEs). A carreira dos TAEs é estruturada em 3 níveis, sendo eles: nível C, carreira que exige ensino fundamental completo; carreira de nível D, que exige ensino médio completo e, por fim, carreira de nível de E, que tem exigência de nível superior completo.

Deste modo, os 38,3% participantes TAEs da pesquisa estão divididos da seguinte forma (Quadro 1):

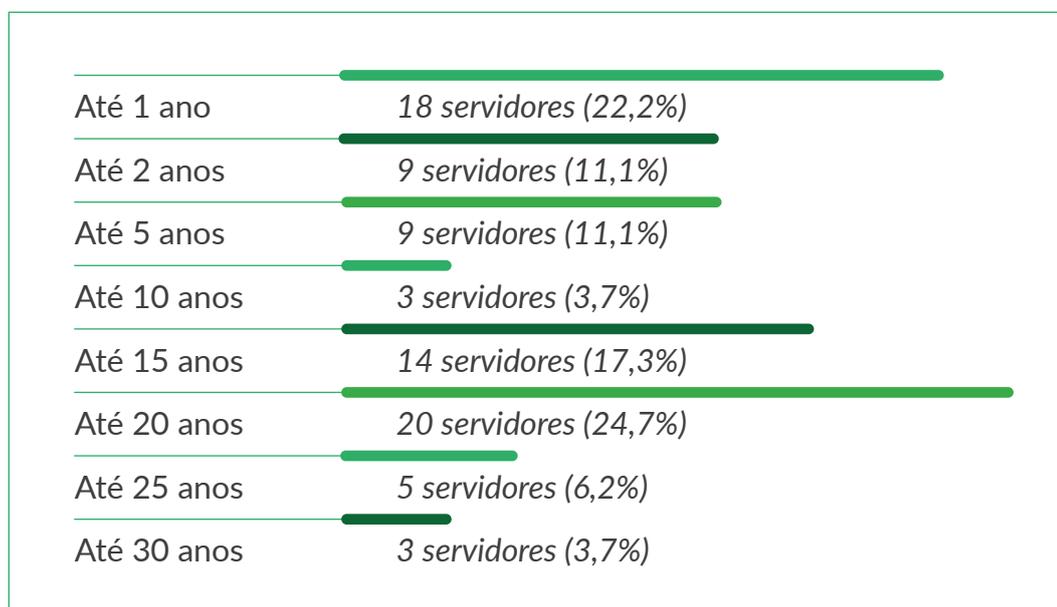
Quadro 1 - Níveis de carreira dos técnicos administrativos em educação (TAEs).

Níveis	n° de participantes e percentual em relação ao total (81)
Nível C	2 participantes (2,5%)
Nível D	10 participantes (12,3%)
Nível E	19 participantes (23,3%)

Fonte - Dados da pesquisa

A respeito do tempo de trabalho na instituição no ano de 2007, ano esse que se iniciaram os debates, os participantes responderam (Figura 3):

Figura 3 - Tempo de trabalho dos participantes em 2007.

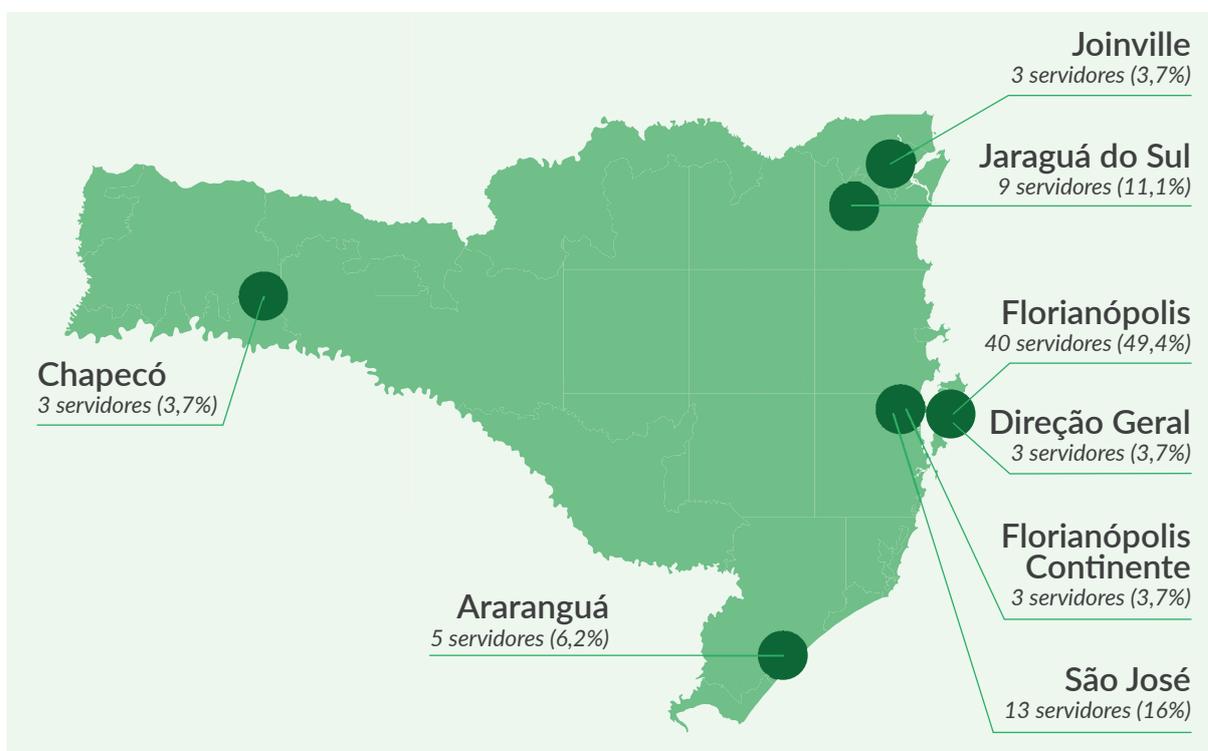


Fonte - Dados da pesquisa

Observando o tempo de trabalho dos servidores na época da transformação institucional, constatamos que quase metade dos servidores (48,1%) chegaram nos últimos dez anos, em decorrência, em sua maioria, do processo de expansão iniciado em 2005 pelo Ministério da Educação (MEC). Deste modo, podemos dizer que uma parcela significativa tinha pouca ou nenhuma experiência com a Rede Federal de EPT.

A respeito das unidades de atuação desses participantes, temos a seguinte distribuição (Figura 4):

Figura 4 - Distribuição de atuação dos servidores por unidade em 2007.



Fonte - Dados da pesquisa, com base em IFSC (2020)

A maioria dos participantes são da Unidade de Florianópolis, pois esta era a maior unidade da época e, inclusive, se mantém como o maior campus nos dias atuais.

Com essas informações dispostas, observamos um número significativo de servidores que eram recém-ingressados na instituição e que, deste modo, já encontraram um desejo de uma nova institucionalidade gerado pela expectativa de transformação em UT, mas também, observam-se os servidores que atravessaram os desmontes da EPT na década de 90 e viam a UT como uma possibilidade de ampliação e manutenção da estrutura existente.

A transformação em IFET se deu como uma das ações do Plano de Metas lançado oficialmente pelo MEC em abril de 2007, sem um prévio debate com as instituições envolvidas na nova institucionalidade.

No CEFET-SC, a partir do material organizado por Silva, Silva e Santos (2014), foi possível identificar que as discussões envolvendo a comunidade acadêmica iniciaram em meados de junho, um mês após o lançamento do Plano de Metas e da publicação do Decreto nº 6095/2007.

Identificou-se que a DG do CEFET-SC, após a publicação do Decreto, encaminhou um comunicado para todas as unidades, orientando o debate interno e posterior encaminhamento do relato, onde é possível verificar o posicionamento das unidades a respeito da possível transformação a partir do Decreto nº 6095/2007 (SILVA; SILVA; SANTOS, 2014).

Apresentaremos a seguir as análises das descrições enviadas por todas as unidades descentralizadas para a DG do CEFET-SC, expondo os debates ocorridos nesse primeiro momento do processo de transformação do CEFET no IFSC, com base em Santos, Santos e Silva (2014).

Em 28 de maio de 2007, foi realizada a discussão na unidade de **Chapecó** com a presença apenas dos servidores Técnicos Administrativos em Educação e do DG da Unidade. Não estão disponibilizados neste documento os motivos pelos quais os docentes não estiveram presentes na reunião. Também, não foi identificado outro documento relatando o debate ocorrido entre os docentes e estudantes desta mesma unidade.

A reunião foi organizada pelos representantes TAEs do colegiado da instituição e não indicou o número de participantes. Nesta unidade, não foi observada resistência por parte dos presentes na reunião ao novo projeto institucional. Os pontos favoráveis à transformação levantados neste encontro foram: a autonomia administrativa, a gestão orçamentária financeira descentralizada e também a autonomia pedagógica que a nova instituição proporcionaria. Além disso, destacou-se como a população da cidade, de modo geral, ainda desconhecia o trabalho realizado no CEFET-SC Unidade Chapecó e, diante disso, não apontaram a nova institucionalidade como um problema para essa região.

Em 01 de junho de 2007, foi realizada uma reunião aberta na Unidade de **Florianópolis** e estiveram presentes TAEs e docentes. No relato da reunião não foram apontados os organizadores, tampouco indicado o número de participantes.

Diferente do ocorrido na unidade anterior, na Unidade de Florianópolis muitas foram as dúvidas a respeito da nova institucionalidade e suas novas atribuições. Vale lembrar que o projeto enviado para o Governo Federal para a transformação em UT foi construído por docentes desta unidade e, possivelmente, as discussões foram intensificadas nessa unidade por esta ser a mais antiga do CEFET-SC, criada em 1909.

Observou-se que os pontos levantados giraram em torno das muitas dúvidas da comunidade acadêmica da unidade de Florianópolis. Entre elas, destacaram-se: o modo aligeirado como o MEC encaminhou o processo; questionamentos sobre como ficaria a carreira docente diante da nova instituição; preocupações com a identidade institucional que havia passado por mudança recente em 2002 (transformação de ETFSC para CEFET-SC), e que ainda encontrava-se em processo de consolidação; cobrança de uma efetiva participação docente nessa discussão que impactaria nas ações pedagógicas institucionais e; dúvidas sobre as verdadeiras vantagens com a transformação.

Foi também discutido, nessa mesma reunião, o abandono do projeto de transformação em UT. Seguiram-se os questionamentos, novamente em tom de incertezas: a obrigatoriedade da oferta de 50% para cursos técnicos; a oferta de 20% em licenciaturas e o contingente de docentes necessários para suprir a demanda desses cursos; os IFETs serem comparados às Universidades apenas para efeito de regulação, supervisão e avaliação. Houve ainda a discussão do fato dos TAEs não poderem ser candidatos a reitor(a).

Em 6 de junho de 2007, a partir do relatado, foi organizada uma reunião pelo Assessor Pedagógico da unidade de **Jaraguá do Sul**:

Houve a participação de 80% dos servidores. Dos 20% que faltaram, apenas 6,5% não apresentaram justificativas legais e 8,5% estavam trabalhando no último dia de inscrições do exame classificatório do CEFET/SC (DISCUSSÕES NOS CÂMPUS SOBRE A TRANSFORMAÇÃO EM IFET, 2007)².

Na Unidade de Jaraguá do Sul, notou-se que os servidores também receberam a notícia da transformação com algumas dúvidas semelhantes às da Unidade de Florianópolis, dentre elas destacam-se: preocupações com o destino da carreira docente diante da nova institucionalidade, as questões orçamentárias e sua distribuição nos futuros campi e, também, o fato dos TAEs não poderem ser candidatos a Reitor(a).

Na unidade de **Joinville**, diferente do apresentado anteriormente, os relatos apareceram de modo mais sistematizado, as reuniões eram denominadas fóruns coletivos e observou-se nos relatos, pela primeira vez, a participação dos estudantes. Foi proposta uma agenda de debates dentro da unidade, coordenada pelo Departamento de Desenvolvimento do Ensino. Os fóruns aconteceram entre os dias 23 e 30 de maio de 2007, e 06 e 14 de junho de 2007. Na análise do documento, não foi localizada a lista dos presentes.

Nessa unidade, a exemplo das anteriores, muitas incertezas foram levantadas a respeito da transformação, dentre as quais, destacam-se: a preocupação com a nova distribuição orçamentária, como seria feita a escolha do novo reitor/a, como se daria o processo de ampliação do quadro de vagas dos servidores, perda do status de Centro Universitário e, também, preocupações em torno da carreira docente.

Durante o segundo fórum coletivo, foi encaminhado que os servidores teriam um momento de debate com DG do CEFET-SC, um representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e um dos seus advogados, a fim de que pudessem esclarecer as dúvidas levantadas durante as reuniões anteriores.

Deste modo, em 06 de junho de 2007, aconteceu o terceiro fórum na unidade de Joinville, com a presença da DG do CEFET-SC, Consuelo Aparecida Sielski Santos, do Presidente do CONCEFET, Luiz Augusto Caldas - CEFET-RJ, da representante do SINASEFE, Maria de Lourdes Cardoso e do docente Marcos Neves, da Unidade Florianópolis.

Foi apresentado pelo docente da unidade de Florianópolis pontos do Decreto que considerava controverso: o novo campo de atuação da nova instituição, a perda do *status* de Centro Universitário, e dúvidas a respeito da dotação orçamentária. O docente salientou que a manutenção do CEFET-SC e sua expansão fosse mantida neste momento, e que o MEC explicitasse de modo mais claro e objetivo a proposta para as novas instituições de EPT.

² Relato "Discussões nos campus sobre a transformação em IFET", disponibilizado em: <https://transformacaodocefetscemifsc.files.wordpress.com/2014/08/discussc3b5es-nos-cc3a2mpus-so-bre-decreto-6905-de-2007.pdf>. Acessado em dezembro de 2022.

O presidente do CONCEFET problematizou a forma aligeirada da publicação do Decreto, sem o devido debate com a rede, e afirmou que neste momento o CONCEFET ainda não tinha uma posição tomada. Fez a defesa do debate na rede e destacou como ponto positivo que a nova instituição poderia emitir diplomas de nível superior, o que não era possível aos CEFETs naquele momento.

A DG do CEFET-SC defendeu a transformação, destacando como vantagem a oferta de cursos de mestrado e doutorado que poderiam ser ofertados após a transformação. A representante do SINASEFE, de acordo com o relato, não apresentou colocações.

Um novo fórum aconteceu em 14 de junho de 2017, e percebeu-se que a discussão e as indagações seguiram a mesma direção dos encontros anteriores e conclui-se que a unidade ainda não tinha subsídios para uma tomada de posição naquele momento e que aguardaria a continuação do debate em rede.

Na unidade **Florianópolis-Continente**, o relato aponta novamente para dúvidas a exemplo das unidades anteriores, tais como: preocupações com a carreira docente, a mudança de nome novamente (última ocorreu em 2002), e falta de clareza do MEC na proposição de uma institucionalidade. Destacaram-se ainda, o tempo de trabalho na instituição (a Unidade Continente foi incorporada pelo CEFET-SC apenas no ano de 2008). O número de participantes não foi apontado no relato.

Na unidade de **São José**, que é a unidade descentralizada mais antiga do CEFET-SC (1990), o encontro para debater uma possível transformação ocorreu em 06 de junho de 2007. No evento houveram diversos questionamentos a respeito da nova instituição, tais como: dúvidas referentes à carreira docente, o abandono do projeto de UT, o receio com a obrigação de oferta de cursos ser 50% para cursos técnicos, e a proibição de TAEs assumirem o cargo de Reitor(a). Diante disso, aquele coletivo sugeriu que a DG do CEFET-SC procurasse mais respostas para dar subsídio para a comunidade acadêmica tomar sua decisão.

Apesar da proposta inicial da pesquisa estabelecer que a investigação ocorreria a partir da Chamada Pública 002/2007/MEC, julgamos pertinente apresentar os registros acima, pois verificamos que o início da discussão em torno da transformação institucional no interior do CEFET-SC ocorreu logo após o lançamento do Decreto nº 6095/2007, e que houve uma tentativa de consulta e de consenso entre as unidades descentralizadas por parte da DG.

Percebeu-se que, naquele momento, as discussões ocorreram de forma desordenada e coube à Direção de cada unidade encaminhar essa demanda como considerou adequado. Porém, é possível observar que a consulta pública da qual trataremos adiante, tem sua origem a partir desses retornos encaminhados pelas unidades, pois diante de tantas dúvidas e incertezas geradas pela publicação do Decreto, foi necessário organizar uma estratégia de convencimento junto à comunidade acadêmica.

Podemos observar que a DG do CEFET-SC se posicionou de forma favorável a respeito da proposta de transformação institucional apresentada pelo MEC para a criação da nova institucionalidade. Baseado nesses registros, é também possível identificar esta como a primeira tentativa da DG em buscar apoio e consenso entre as unidades descentralizadas, o que não ocorreu.

Muitas eram as preocupações da comunidade acadêmica apresentadas nesses primeiros registros. Diversos temas são recorrentes em praticamente todas as unidades, tais como: carreira docente, escolha de reitor(a), engessamento da oferta por conta do cumprimento dos percentuais dispostos no Decreto, viabilidade do aumento no número dos servidores, abandono da ideia de UT. Esses temas foram tomando a centralidade do debate em praticamente todas unidades.

As questões de cunho político-pedagógico não foram o centro dos debates naquele momento dentro do CEFET-SC, assim como também não foi identificado esse debate dentro da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Questões a respeito de que tipo de oferta de EPT seria possível através da transformação não aparecem nos relatos, assim como não aparecem questões sobre a formação de docentes e servidores para atuarem nesse novo cenário institucional.

Destaca-se, também, que naquele momento, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), seção sindical do CEFET-SC, não apresentou um posicionamento a respeito da transformação, mesmo quando solicitado pela unidade de Joinville. Cabe ressaltar que as dúvidas a respeito da transformação confirmam o desconhecimento do Decreto e das intenções com a nova instituição pelos sujeitos da rede EPT, o que gerou, evidentemente, um clima de insegurança mesmo o proposto estando dentro do *métier* dos CEFETs, considerando que a nova proposição já contemplava parte da oferta dessas instituições.

De acordo com Silva, Silva e Santos (2014), o Colegiado de Administração do CEFET-SC, com o retorno das discussões realizadas nas unidades em mãos, colocou em pauta a discussão sobre a transformação em IFET entre os meses de setembro e outubro de 2007. Na reunião de novembro, portanto, foi estabelecida a metodologia que seria aplicada para mapear o posicionamento dos servidores e estudantes. Porém, as atas das citadas reuniões não foram localizadas e, por conta disso, o teor dessa discussão e encaminhamentos neste momento é desconhecido por nós.

Seguindo a ordem cronológica da criação dos IFETs, nesse contexto de dúvidas e incertezas, foi lançado pelo MEC em 12 dezembro de 2007, a chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 – Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), que tinha por objetivo analisar e selecionar propostas de constituição dos IFETs.

A chamada pública salientou aspectos já contemplados no Decreto nº 6095/2007:

- 1.2.1 – ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio, reafirmando a verticalização como um dos princípios do IFET;
- 1.2.2 – ofertar a educação básica, a licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como ofertar estudos de pós-graduação, lato e stricto sensu;
- 1.2.3 – orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação, o fortalecimento e as potencialidades dos arranjos produtivos, culturais e sociais, de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável; e
- 1.2.4 – promover a cultura do empreendedorismo e cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda (MEC, 2007).

Apesar da similaridade entre as intenções já postas no Decreto para as instituições da rede EPT e, portanto, o teor minimamente já conhecido pela comunidade acadêmica, as instituições seguiram com muitas dúvidas, como relatam Silva, Silva e Santos (2014), e tiveram apenas 90 dias para encaminhar a sua proposta de transformação.

Portanto, considerando a data de lançamento da mencionada chamada e levando em conta o calendário escolar brasileiro, com período de férias agendadas sempre entre os meses de dezembro e janeiro para servidores e estudantes, esse tempo tornou-se ainda menor, restando apenas aproximadamente 50 dias para que a comunidade acadêmica se apropria-se e debatesse sobre as implicações da nova institucionalidade.

Quando indagamos os participantes da pesquisa acerca do conhecimento das intenções do MEC em transformar o CEFET-SC em IFET, foram obtidas as seguintes respostas (Figura 5):

Figura 5 – Você tem conhecimento da intenção do MEC em transformar o então CEFET-SC em IFSC?

Total: 81 respostas



Fonte – Dados da pesquisa

Percebe-se a partir das respostas dos participantes que, de fato, foi uma pauta que despertou e mobilizou interesse entre TAEs e Docentes. Neste momento, também já havia sido encaminhada uma primeira consulta às unidades, como citado anteriormente, para que as informações sobre as novas intenções do MEC passassem a fazer parte das discussões das unidades do CEFET-SC.

Quando questionamos os participantes da pesquisa sobre como haviam tomado conhecimento da intenção do MEC em transformar o CEFET-SC em IFET, obteve-se como respostas:

Já existiam diversas conversas pelos corredores, que sempre tomavam como base a UTFPR. Em 2008, a própria instituição divulgou em reuniões a notícia e na época a própria diretora do sistema visitou o campus, tornando público o debate (P84).

Pela divulgação no campus (na época, Unidade Florianópolis) pelos gestores e pelos representantes docentes nos órgãos colegiados (P65).

Através da direção do campus e direção do CEFET-SC (P77).

Pela Diretora geral na época (P18).

Acompanhando os projetos e ações do governo (P24).

A informação foi divulgada pela reitoria. Porém, naquela época, nós acompanhamos bem de perto as informações da SETEC/MEC (P28).

Por meio de várias reuniões que tivemos no campus (P10).

Pela publicação da legislação que transformava e dos debates que sucederam essa legislação (P31).

Através da direção da escola (P14).

Pela própria gestão no período (P07).

Através da própria instituição (P20).

Reuniões com a direção e servidores do campus Florianópolis (P48).

Observamos novamente que a própria DG colocou o assunto em pauta, ao fazer a primeira consulta às unidades, e que isso fomentou a disseminação das intenções do MEC naquele momento. Mas foi somente a partir da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, e com os prazos estabelecidos por ela, que o Colegiado de Administração do CEFET-SC reuniu-se em 13 de fevereiro de 2008, após as férias escolares, e estabeleceu a metodologia de consulta aos servidores e estudantes, além de ter estipulado um calendário de debate.

Nesse momento, o colegiado e os representantes do SINASEFE-SC propuseram que a decisão de transformação ou não deveria passar por deliberação da comunidade acadêmica e, portanto, foi determinada a realização de um plebiscito. Para a condução e coordenação deste plebiscito foi criada uma comissão, que contava com representantes da DG do CEFET-SC e do SINASEFE-SC.

Ficou também estabelecido o recebimento de teses, que seriam as proposições com argumentos para a transformação ou não do CEFET-SC em IFET, que poderiam ser enviadas por qualquer servidor ativo ou estudante, de modo individual ou coletivo, que seriam apresentadas nas unidades conforme calendário abaixo (Quadro 2):

Quadro 2 – *Datas e horários para recebimento de teses por unidade.*

<i>Unidade</i>	<i>Datas/Horário</i>
São José	25/02/08: matutino, vespertino e noturno
Joinville	26/02/08: vespertino
Jaraguá do Sul	26/02/08: noturno
Florianópolis	28/02/08: vespertino e noturno 29/02/08: matutino
Chapecó	03/03/08: noturno 04/03/08: matutino
Florianópolis-Continente	05/03/08: matutino
Direção Geral	05/03/08: matutino

Fonte – *Dados da pesquisa*

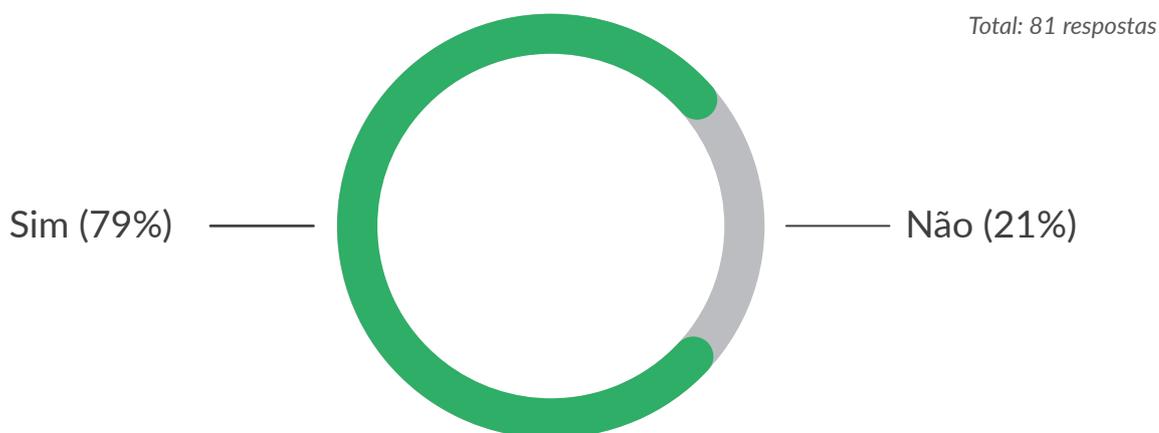
Ficou também estabelecido que, no caso do recebimento de mais de uma tese com o mesmo posicionamento, as mesmas deveriam se unificar a partir do comum acordo entre os proponentes. Deste modo, deveria ir para o debate nas unidades apenas uma tese para cada uma das situações, que eram: em defesa ou contrária à transformação do CEFET-SC em IFET.

As datas estabelecidas para Consulta à Comunidade mediante plebiscito e direito a votação secreta foram os dias 28 de fevereiro na Unidade São José, e 6 de março de 2008 nas demais unidades e na DG. A contagem de todos os votos aconteceria apenas após o dia 06 março, quando finalizada a votação em todas as unidades.

Observando o calendário e a data para envio do projeto, em caso de aprovação da proposta (11 de março de 2008), verificou-se o modo aligeirado como a instituição precisou lidar com a chamada pública. No caso do CEFET-SC este tempo ficou ainda menor, considerando o recebimento das teses, os debates em todas as unidades, o plebiscito e a escrita do projeto. O envio da proposta final para o MEC, em caso de transformação em IFET, era 11 de março de 2008.

Perguntamos aos participantes se lembravam de como o processo de transformação foi colocado em debate (Figura 6):

Figura 6 - Você lembra como foi colocada na sua unidade a transformação do CEFET em IFET?



Fonte - Dados da pesquisa

Observamos que, quinze anos após a transformação da rede EPT em IFs, uma parcela dos servidores que vivenciou a transformação já não recorda mais como ocorreu o debate institucional.

Quando indagados sobre a condução desse debate, temos descrições bastante divergentes que evidenciam como o processo ocorreu sob tensionamentos que possivelmente trouxeram consequências para a implementação da nova instituição:

Eu lembro que não havia muita alternativa. Foi dada a opção de manter-se CEFET, mas sabia-se que seria uma instituição a ser extinta com o tempo. Lembro que apenas o Rio de Janeiro decidiu manter (P06).

Foi para inglês ver! A maioria da comunidade era contrária à transformação. Na verdade, centros universitários, como éramos até então, possuem muito mais autonomia e liberdade para propor cursos do que o PL que instituiu os institutos preconizava para o que seria o IFSC. A frase mais ouvida nas reuniões era “vamos assinar um cheque em branco e perder direitos”. Mas a então reitora batia o pé, com o principal argumento de que “não receberíamos verba se não concordássemos com a transformação e nosso orçamento ficaria à míngua” (P11).

De forma direcionada, como se fosse a grande melhora (P12).

Todos tínhamos poucas informações, a antiga diretora geral reuniu todos os servidores da unidade e falou somente das vantagens em se tornar instituto. Teríamos reitores e pró-reitores e também muito mais códigos de vagas. Não foi informado que estes códigos de vagas estariam atrelados a novos cursos de licenciatura, que não era o perfil da nossa instituição. Perguntas contrárias aos interesses da direção geral eram minimizadas, o que importava era a quantidade de FG que receberíamos a mais. Não foi discutido a autonomia, o perfil e o objetivo da nossa instituição (P18).

Tivemos pouco debate, veio por resolução do MEC (P84).

Ocorreram reuniões departamentais para esclarecimento do processo e vários debates sobre o assunto. Foram realizadas assembleias com a participação da comunidade acadêmica e defesas prós e contras a transformação, culminando em uma votação para aceitação ou não do processo. Acredito que o processo foi democrático, permitiu que todos se manifestassem e resultou na decisão da maioria. Porém, havia uma resistência grande para a transformação, visto que muitos desejavam a transformação em universidade (P81).

Os debates foram amplos, pois havia muita dúvida sobre a efetividade das propostas de transformação, considerando que a ETFSC tinha 100 anos e estava consolidada (P77).

Foi uma conversa em auditório ampla e aberta, o processo foi tranquilo (P61).

Foi um debate bastante democrático, ambos os lados puderam produzir uma tese (P16).

Reuniões no auditório e nos departamentos. Acredito que foram conduzidos de forma correta (P20).

Podemos perceber, a partir dos relatos, que parte dos participantes acredita que o debate para transformação ocorreu de modo bastante tranquilo, enquanto que uma outra parcela questiona o direcionamento dado pela DG.

Com as regras estabelecidas para o plebiscito, foram recebidas apenas duas teses, uma favorável à transformação e outra contrária. A tese favorável à transformação foi assinada por todos os gestores das unidades do CEFET-SC na época, e a tese contrária a transformação foi assinada por um grupo de 8 docentes de diferentes departamentos da unidade de Florianópolis.

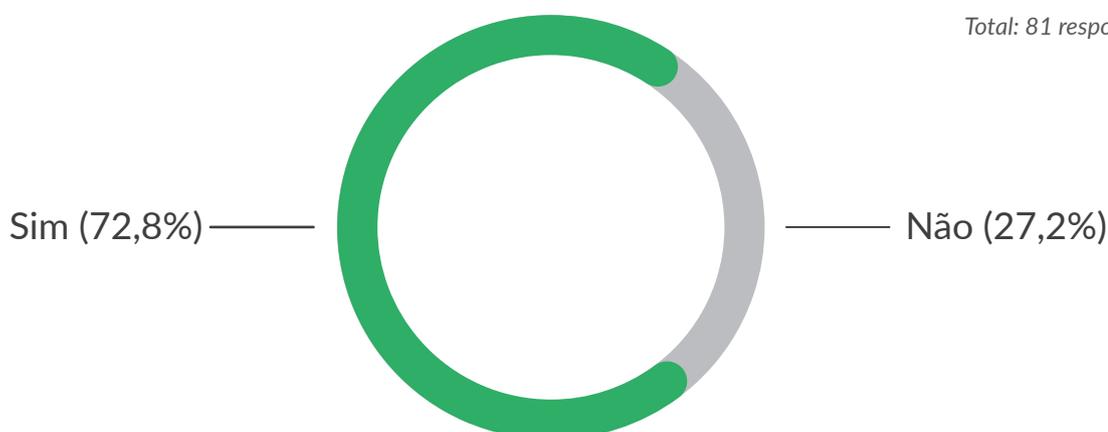
A tese favorável defendia a transformação em IFET e era intitulada “**O credenciamento do CEFET-SC como IFET-SC: a necessária e oportuna evolução institucional**”. A tese utilizava como argumentos principais: a possibilidade de expansão e conseqüentemente a oferta de EPT para mais cidades em Santa Catarina; a ampliação dos itinerários formativos; maior autonomia administrativa e pedagógica, enfatizando o modelo administrativo descentralizado e como cada unidade se beneficiaria desse modelo; identidade institucional assegurada, tendo em vista as ofertas de cursos técnicos terem assegurados 50% das matrículas; fomento à pesquisa e a recursos antes destinados apenas às universidades e; a reestruturação do plano de carreira docente com perspectivas de equiparação com a carreira docente das universidades.

A tese contrária, intitulada “**Consolidar o CEFET como parte da política pública de Estado em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e garantir sua autonomia**”, apresentou os seguintes argumentos para a não efetivação da transformação: preservação da identidade institucional, que não estava garantida com a transformação; a nova instituição não acrescentaria novidades a já existente estrutura acadêmica do CEFET-SC; dúvidas sobre a verdadeira intencionalidade do MEC em reorganizar a rede de EPT, visto que o CEFET-SC não passaria por essa reformulação, pois manteria sua atual estrutura de unidades e; a expansão não deveria estar atrelada à transformação, visto que isso não estava garantido.

Sobre como os participantes da pesquisa se apropriaram das teses apresentadas (Figura 7):

Figura 7 - Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública?

Total: 81 respostas



Fonte - Dados da pesquisa

Observamos que uma parte considerável dos servidores que participaram da pesquisa tiveram conhecimento das teses apresentadas, e que uma parcela menor não conseguiu se apropriar das teses defendidas. Alguns fatores podem ajudar na compreensão da não apropriação por parte destes servidores, tais como: o curto espaço de tempo que a instituição teve para o debate e o recém-ingresso de servidores na instituição ou com pouca ou nenhuma familiaridade com a EPT.

A respeito dos entendimentos sobre as teses apresentadas, perguntamos aos participantes quais eram suas percepções:

A tese favorável estava em alinhamento com o progresso e avanços na EBTT, efetivamente pela não transformação em universidade tecnológica; enquanto a tese contrária continha o risco de não apoio financeiro pelo MEC, não expansão, mas com a perspectiva de continuidade do pleito de transformação em universidade tecnológica, a exemplo da UTFPR (P09).

Ainda que com restrições, meu entendimento era de que a instituição deveria avançar, porém restringindo seu campo de atuação única e exclusivamente na formação profissional (P03).

Sempre achei que era positiva a transformação, porque vim da universidade (P22).

A verticalização institucional traria grandes benefícios, em especial ao campus Jaraguá do Sul, que existia desde 1994, e até então era uma Unidade Descentralizada do Campus Florianópolis. Nem orçamento próprio tinha (P16).

Uma tese defendia a transformação em Instituto Federal e a possibilidade de interiorização, com a ampliação do número de campus inclusive em regiões onde nunca havia tido Educação Pública Federal, por exemplo: no oeste de Santa Catarina. A outra tese era contrária e não concordava com a ampliação da Rede Federal (P19).

Meu entendimento foi de que a transformação em IF era um caminho natural para a estruturação da instituição (P28).

Sempre entendi que a tese contrária era mais movida por dúvidas do que por convicções. Dúvidas relacionadas à questão orçamentária, autonomia institucional e à nossa identidade institucional. Já com relação à tese favorável, existiam muitas vantagens apresentadas. Vantagens que previam a internacionalização, a ampliação orçamentária e de vagas, e a interiorização e criação de novos campi (P29).

Tinha o entendimento favorável, pois as mudanças propunham o fortalecimento do ensino técnico com definição de parâmetros estabelecidos quanto a percentuais de matrículas na rede. Isso trouxe mais segurança para esta parcela de cursos que estavam em um processo de sucateamento devido a instituições da rede antiga que faziam a mudança direta para somente os cursos de nível superior (P33).

Percebi que a tese favorável apresentava a possibilidade de oferta de cursos superiores, considerando o itinerário formativo; falava-se em transformação em UTF. A tese contrária avaliava a questão orçamentária, argumentando que não haveria orçamento para suportar a mudança (P39).

Da leitura de ambas e das discussões que naturalmente faziam parte das atividades de trabalho, inclusive com os segmentos dos campus, e pelo conhecimento dos processos administrativos inerentes ao meu cargo, meu entendimento era de que a transformação seria benéfica e garantiria a continuidade da missão institucional, inclusive abrindo espaço para ampliação da oferta para além do nível médio de escolaridade. Eu acreditava que a expansão institucional e a ascensão para uma estrutura organizacional idêntica à das universidades poderia trazer oportunidades às diversas categorias profissionais na instituição (P02).

Ambas tinha pontos positivos e negativos, porém a tese de transformação em IFSC era a tese que teria garantia de implementação, enquanto que a tese contrária, de tentar se transformar em universidade, era totalmente improvável (P81).

A transformação em IFSC oportunizaria a oferta de outras modalidades de ensino, em especial os cursos de graduação (P71).

Que este processo não teria retrocesso, a rede dos IFS existiria de qualquer forma (P61).

Concluí na época, que a opção pró IFET beneficiaria mais a instituição e a sociedade como um todo, e que se continuássemos como CEFET correríamos o risco de tornarmos uma instituição obsoleta (P50).

Que não havia muita alternativa, visto que os recursos financeiros estavam atrelados à mudança (P34).

A partir dos trechos acima, percebe-se que as inseguranças iniciais, de meados de 2007, vão dando lugar a novos olhares. Os sujeitos começaram a vislumbrar as vantagens e novas possibilidades que a transformação poderia trazer à instituição. Aqui, já é possível identificar que as apresentações das teses tiveram um papel fundamental para o convencimento da comunidade acadêmica no que diz respeito à transformação e à busca por um número maior de sujeitos em consenso.

Aos poucos, a ideia de transformação em UT foi ficando distante e improvável, dando lugar ao novo projeto do MEC. É possível ainda constatar nos trechos acima os argumentos utilizados na tese favorável, tais como: possibilidade de oferta de cursos superiores (mesmo com os percentuais estabelecidos); expansão institucional e, como sequência, aumento do número de matrículas; interiorização da rede; ampliação orçamentária e de número de servidores. Esses foram apresentados pelos servidores como pontos favoráveis à institucionalidade.

Podemos perceber que o debate em torno do ensino técnico, que se transformaria na maior fatia de oferta a partir dos critérios estabelecido pelo Decreto, não teve destaque por parte de nenhuma dessas teses. Isso provavelmente repercutiria nos argumentos que a própria comunidade construiu para aceitar e pensar a nova instituição e, conseqüentemente, implicaria na implantação do novo projeto.

Entretanto, também foi possível observar que uma parcela dos participantes apresentou os destinos do ensino técnico como uma preocupação e que os percentuais estabelecidos para esse tipo de oferta contribuiria para que esses sujeitos também passassem a apoiar a transformação institucional.

Reserva de vagas para os cursos técnicos, expansão da rede (P33).

Garantia de 50% de oferta em cursos técnicos e promessa de mais investimentos (P52).

Mais investimento nos cursos técnicos (P25).

O aspecto do crescimento e desenvolvimento do ensino técnico e seu papel na construção e renovação da instituição (P66).

Continuidade no atendimento ao nível médio integrado com a verticalização do ensino (P75).

[...] e a garantia de manter o ensino técnico (P81).

Identificou-se que os pontos de tensionamento iniciais enfatizados pela tese contrária, irão persistir, mesmo quando perguntados quinze anos depois da transformação:

Pleno entendimento das duas teses. A tese de transformação do CEFET em IF era uma reprodução dos argumentos do MEC quanto à reestruturação da Rede Federal e a tese de manutenção do CEFET se apresentou como uma reação à imposição do MEC, que desconsiderou a trajetória que a instituição vinha desenvolvendo (P67).

Considerava que as duas teses apresentavam pontos que favoreciam à instituição, porém, a tese contrária à transformação do CEFET-SC em IFET me parecia mais realista, uma vez que não se sentia confiança no futuro jurídico e orçamentário que se apresentava. Eu considerava que deveria ser firmada a identidade do CEFET-SC, que, inclusive, tinha pouco tempo de efetivação (P82).

Eu não tinha nenhuma opinião formada a respeito, pois estava chegando na instituição. A sensação que eu tinha era de que havia mais coisas em jogo do que eu conseguia captar com tão pouco tempo não só de casa, como de aproximação com a EPT. Também não estava claro para mim qual a real diferença entre ser CEFET e ser IFET, parecia que o que se vislumbrava com a transformação já era uma realidade no CEFET (P69).

Para uma resposta muito resumida: NENHUMA argumentação apresentada a favor da criação dos institutos não poderia ser implementada em um CEFET. Não havia a menor necessidade de virarmos instituto! Bastaria que o Governo procedesse com os investimentos que dizia querer fazer no CEFET-SC ou nos promover a UTFSC, como era a vontade de muitos!!!! Para mim, a única lógica que permeia tudo isto foi politicagem e aparelhamento do Estado (P11).

As teses estavam bem fundamentadas e certamente contribuíram para estimular a reflexão sobre o tema. No entanto, a proposta de transformação institucional, como não poderia deixar de ser, trazia alguma incerteza. De certa forma, tanto os benefícios (destacados na tese favorável) quanto as ameaças (destacadas na tese contrária) eram mais expectativas e inferências do que situações concretas. A tese contrária usou a metáfora do "cheque em branco"; a tese favorável procurava associar a transformação ao processo de expansão e à evolução da rede de ensino tecnológico (P48).

Pelo que me lembro, a tese a favor falava sobre os benefícios que a mudança traria para a instituição (mais investimentos e possibilidade de oferecer novos cursos), e a tese contrária falava em consolidar o CEFET-SC e que a mudança havia sido pouco discutida (P36).

O meu entendimento é que a instituição não deveria mudar de forma abrupta, desde sua denominação, seus objetivos institucionais e outros (P14).

Éramos pouco esclarecidos e a direção geral e local pressionavam para votar favorável (P18).

Existia uma "tendência" para que todos virassem IFs mas também uma resistência quanto a perda de identidade (P21).

Uma parte dos servidores segue fazendo a defesa pela manutenção do CEFET-SC, pois considerava a transformação uma imposição do MEC, assim como argumentam que o leque de ofertas proposto já estava contemplado naquela configuração institucional. Outro fator apontado por essa parcela dos participantes é a preocupação com a identidade institucional que poderia sofrer prejuízos em função de mais uma mudança de nome num curto espaço de tempo. Também se percebe que a ausência de algumas respostas por parte do MEC para a Rede Federal como um todo contribuiu com o clima de desconfiança frente ao novo projeto.

Dentro deste cenário e, a partir dos argumentos apresentados pelas duas teses, após a apresentação e debates em todas as unidades, conforme calendário já apresentado anteriormente, ocorreu a consulta pública envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica no dia 28 de fevereiro de 2008, na unidade de São José, e no dia 06 de março nas demais unidades.

Quando questionados se participaram ou não da consulta pública, tivemos as seguintes respostas (Figura 8):

Figura 8 - Você participou da votação na consulta pública realizada em 28 de fevereiro de 2008 na unidade de São José, e no dia 06 de março de 2008 nas demais unidades?

Total: 81 respostas



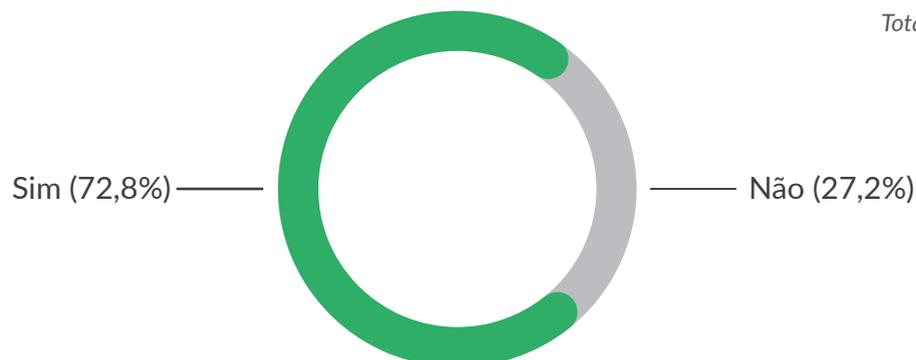
Fonte - Dados da pesquisa

Verificamos, deste modo, que apesar de 92,6% (Figura 5) dos participantes da pesquisa possuírem conhecimento da intenção de transformação apresentada pelo MEC, ainda assim teremos um montante de 24,7% destes que não participaram da consulta pública ocorrida na instituição.

Ainda, quando perguntados se conseguiram se apropriar das teses e discussões apresentadas, tivemos como resposta (Figura 9):

Figura 9 - Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública?

Total: 81 respostas



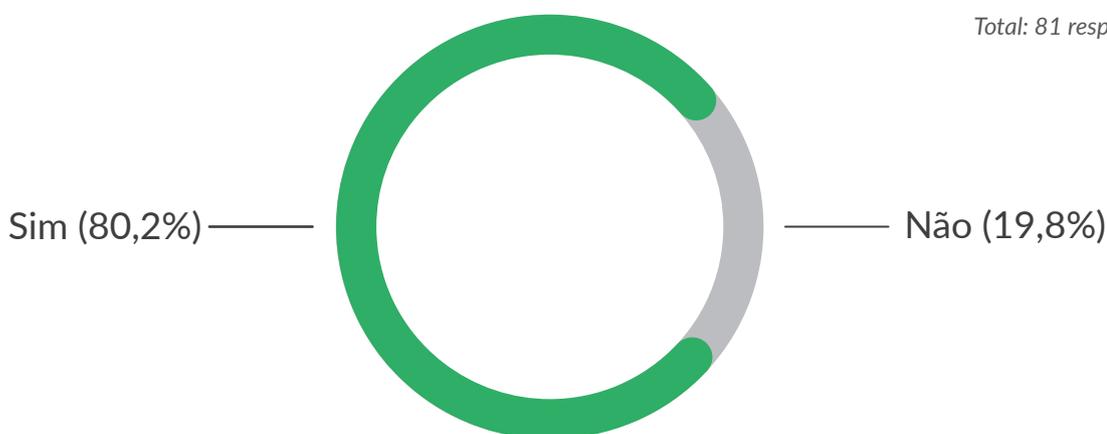
Fonte - Dados da pesquisa

Acredita-se que a participação na consulta pública evidencia o modo como o participante conseguiu se apropriar das teses apresentadas ou não. Acredita-se que os servidores que não conseguiram, por algum motivo, se apropriar das discussões vigentes não se sentiram parte do processo e, portanto, não participaram da votação. Lembrando que os participantes citados nos gráficos acima representam uma parcela da comunidade acadêmica, já que o grupo de participantes são apenas os servidores públicos, docentes e técnicos administrativos em educação daquele momento.

A contagem de votos ocorreu em 07 de março na unidade de São José e teve como tese vencedora a que defendia a transformação em IFET. Tal tese contou com 76,06% dos votos, enquanto que a tese contrária obteve 21,14% dos votos. O resultado da consulta pública de 2008 se aproxima do resultado obtido por meio das respostas dos participantes desta pesquisa sobre a opção de voto naquele ano (Figura 10).

Figura 10 - Você foi favorável ou contrário à criação do Instituto Federal?

Total: 81 respostas



Fonte - Dados da pesquisa

Sobre as expectativas e os pontos relevantes que foram decisivos para os servidores se posicionarem a favor da tese vencedora, destacamos alguns depoimentos que, inclusive, irão se repetir entre diversos participantes:

Mais recursos e ampliação de oferta de ensino (P08).

As possibilidades que um instituto teria em relação ao antigo formato da instituição (P15).

No meu ponto de vista, pertencer a uma rede nos traria mais força e investimentos. Não mudar parecia arriscado sob o ponto de vista político/institucional (P21).

O ponto relevante foi que a transformação em IF criaria um novo modelo de instituição, abrindo a possibilidade de expansão e verticalização do ensino (P28).

A internacionalização, a ampliação orçamentária e de vagas, e a interiorização e criação de novos campi. Na verdade, pra mim, significava o fortalecimento institucional e a criação de uma Rede Federal (P29).

A possibilidade de expansão da rede e a construção de uma identidade própria, além do alinhamento com a garantia de manutenção de cursos técnicos (P09).

Financeiro/econômico e a inserção do ensino tecnológico (P24).

Financeiro e possibilidade de termos mestrado (P34).

Avaliei na época que a mudança traria benefícios para a instituição, como a possibilidade de oferecer novos cursos e de receber mais investimentos do Governo Federal (P36).

Melhor estrutura administrativa, expansão da oferta educativa e de campi, carreira própria para os servidores (P38).

Investimento, autonomia, reconhecimento e maior possibilidade de oferta de cursos e vagas para a comunidade (P45).

A meu ver, a instituição poderia melhorar continuamente e atender sua missão quer se transformasse ou não. Minha opção foi essencialmente pragmática. Entendi que havia um movimento forte do MEC nesse sentido e me pareceu melhor para a instituição seguir por esse caminho. A transformação traria novas oportunidades e possibilidades, teríamos uma instituição mais articulada ao movimento em curso. Em suma, vi a transformação mais como uma oportunidade e um bom desafio do que como uma ameaça. Por outro lado, ficar "preso ao passado" me pareceu mais arriscado (P48).

Ampliação da oferta, alinhamento com o Governo Federal, permitindo abrir-se a mais vantagens em vários campi, caso contrário, correríamos o risco de nos tornarmos obsoletos além de que, de alguma forma indireta, poderíamos ser penalizados pelo então Governo Federal ou pelo menos deixados em segundo plano em relação a nova rede de institutos (P50).

O fato da instituição se tornar uma instituição de ensino superior e poder ampliar a sua oferta de curso. Isso me pareceu importante para ampliar o atendimento aos diferentes públicos (P54).

Ao observarmos os apontamentos dos participantes, constatamos que a ampliação dos recursos orçamentários prometidos pelo MEC estão entre os argumentos que mais vão aparecer, assim como as questões relativas à ampliação de oferta de nível superior estarão presentes dentro das expectativas criadas para a nova instituição. Vale ressaltar que esses são os argumentos também utilizados na tese favorável e que, de alguma maneira, vai colaborar para influenciar na decisão da comunidade.

A parcela de servidores que votou contra a transformação institucional vai seguir apresentando os argumentos também postos durante todo o processo de debate e votação, destacando a perda de autonomia e os percentuais estabelecidos no Decreto como desvantagens na transformação:

Não havia integração do CEFET-SC com as outras autarquias federais que atuam na educação profissional e tecnológica em Santa Catarina; escolha do reitor e vice-reitor piorou no IFSC; perda de autonomia (P10).

O principal: perdermos autonomia para decidir quais cursos e modalidades queremos ofertar. A PL dos institutos engessou bastante a oferta. Em segundo, a inviabilização do percurso natural para o CEFET-SC: virarmos uma Universidade Tecnológica, com um grande e eficiente Colégio de Aplicação (P11).

A instituição perde a autonomia se tornando ferramenta do MEC (P18).

Observa-se que a perda de autonomia vai configurar como umas das principais causas para os que defendiam a tese contrária. Além disso, os percentuais estipulados pelo Decreto estabelecendo que metade de toda a oferta institucional será em forma de cursos técnicos vai motivar a não adesão desta parcela dos participantes. Ressalta-se que, nos modelos existentes de UT, esse percentual não foi colocado, deixando a instituição com mais flexibilidade para a escolha de seu leque de ofertas dentro da EPT.

Quando questionamos os participantes sobre quais os aspectos inovadores no projeto institucional apresentado pelo MEC, observamos que os argumentos apresentados seguiram apontamentos semelhantes aos já apresentados como justificativa para aprovação da transformação em IFET. Percebe-se que a promessa de ampliação do nível superior vai, deste modo, acomodando as pretensões dos servidores. A possibilidade de ampliação da pesquisa e da extensão também estará ligado ao aspecto inovador esperado pelos participantes:

Pois definia a vocação dos institutos de forma legal e também abriria mais espaço para pesquisa (P06).

Por ser um modelo de êxito de instituição de ensino, no que se refere a atender o ensino, a pesquisa e a extensão (P14).

Acredito que trouxe muita inovação sim. Iniciamos vários projetos novos nas frentes de pesquisa e extensão, bem como a criação direta de novos cursos (P21).

Eu considerei necessário. A criação dos IFs possibilitou reestruturar todos os setores da instituição, desde a oferta de vagas até a gestão da escola (P28).

Pois nos transformaria em uma rede de ensino médio, mais ensino profissionalizante importante, e com possibilidade de ter cursos superiores e se tornar reconhecido (P35).

Sim, pela possibilidade de oferta de cursos de outros níveis (P39).

Em alguns aspectos, sim. Por exemplo, a ideia de uma instituição com múltiplos campi, articulada aos arranjos produtivos locais, trabalhando com os diversos níveis de formação profissional (P48).

Sim, porque diversificava a oferta e acreditava que esta opção abriria mais a pesquisa e a extensão na instituição (P50).

Sim, pois fortaleceria o ensino técnico e teria uma formação voltada para o setor produtivo, permitindo a pesquisa aplicável e deixando a pesquisa científica a cargo das universidades (P81).

Sim, porque estenderia aos institutos federais a possibilidade de trabalhar com educação superior e gerar estudos de pós-graduação (P84).

Observamos até aqui que a criação desta nova instituição também esteve ligada ao projeto de UT, pois mesmo o Governo Federal adicionando ao Decreto percentuais que deveriam ser cumpridos pela instituição, manteve-se a possibilidade de ampliação de oferta de nível superior, que naquele momento encontrava-se em torno de 10% de toda oferta. Com a nova configuração institucional, esse percentual poderia chegar até 30% o que, de certo modo, pacificou parte dos desejos criados anteriormente.

As discussões em torno das questões político-pedagógicas naquele momento não ocupam uma centralidade no debate, seja no interior do MEC ou na SETEC, como já identificado por diversos pesquisadores que realizam estudos nesta área. Deste modo, esse cenário irá se repetir no interior do CEFET-SC, como observado nos argumentos apresentados pelas duas teses, que serão os principais elementos que irão compor essa discussão. De todo modo, indagamos os participantes sobre suas expectativas acerca do fortalecimento das ofertas já vigentes no CEFET-SC:

Eu entendia que teríamos a mesma força nos cursos já existentes, mas com potencial para ampliação das ofertas de ensino para outros níveis como graduação e pós-graduação (P06).

Sim, por que nos equipamos às universidades (P22).

Sim, porque seriam ofertados em diversos níveis, desde a educação básica até a pós-graduação (P50).

Acreditava que essa transformação aumentaria nossa estrutura, inclusive de pessoal (P21).

Sim. Haveria incentivos para a ampliação da rede e fortalecimento da marca (P27).

Sim, ampliação dos cursos superiores e abertura de cursos de pós. Melhoria o acesso a recursos CAPES/CNP (P73).

Ao observarmos os depoimentos acima, percebemos que novamente as expectativas criadas com a nova instituição seguem versando sobre as possibilidades de ampliação de oferta de nível superior e sobre o *status* administrativo de universidade, sem destaque às preocupações didático-pedagógicas ou conceituais da EPT.

Também perguntamos aos participantes se as concepções de educação profissional estiveram presentes nesse momento de debate:

Em parte sim, mas o que de fato estava em jogo era a liberação de recursos financeiros, isto é, a decisão final foi tomada com base no financeiro, não tanto pelo acadêmico ou pedagógico (P09).

Sim. Principalmente a questão de percentuais de oferta em diferentes níveis de formação (P28).

Não foram muito aprofundados esses temas. Talvez pelas dúvidas, medos e incertezas que eram mais fortes naquele momento. Queríamos fazer o certo e o melhor para a instituição. Isso era uma decisão e uma responsabilidade muito grandes (P29).

Nessa questão, a expansão física exagerada da rede e as questões burocráticas de gestão açodaram as possíveis e necessárias discussões sobre "educação" (P31).

Muito superficialmente, pois existiam dúvidas sobre o modelo a ser adotado e suas condições de funcionamento (P64).

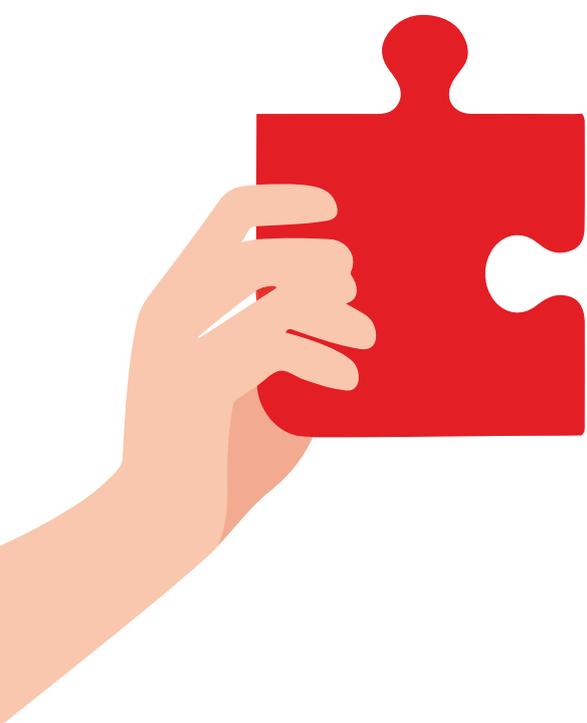
Podemos observar a partir dos relatos acima, como já constatado anteriormente, que as questões orçamentárias irão compor grande parte dos debates a respeito da nossa organização institucional. O Decreto nº 6095/2007, por trazer poucos elementos a respeito do funcionamento dessas novas instituições, favoreceu que essas dúvidas tomassem a centralidade desse debate e, deste modo, o novo modelo EPT proposto pelo governo apareceu de modo secundário.

Foi dentro desse contexto de dúvidas e incertezas, mas também com o apoio de uma parcela significativa da comunidade acadêmica, que foi enviado em março de 2008 pela DG o projeto de transformação de CEFET-SC em IFET.

É interessante ressaltar que as Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais foram lançadas pela SETEC apenas em junho de 2008, ou seja, as instituições enviaram seus projetos de aderência à Chamada Pública 002/2007/MEC sem o conhecimento desse documento e, portanto, sem o efetivo debate sobre o seu teor dentro das instituições.

Foi somente em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, que foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Rede é composta pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) (estes não quiseram aderir aos institutos, pois pretendiam transformar-se em Universidades Tecnológicas, como aconteceu com o CEFET-PR) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Lei que criou os institutos organizou uma nova estrutura, agregou instituições com diferentes identidades, e sua estrutura ficou semelhante à das Universidades, com muitas características em comum principalmente no que se refere à regulação, à avaliação e à supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. Os Institutos exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.



Considerações Finais

04

04 – Considerações Finais

A partir dos documentos internos institucionais, dos relatos e atas, foi possível identificar que o debate interno no CEFET-SC teve início já em meados de junho 2007, um mês após o lançamento do Plano de Metas e da publicação do Decreto nº 6095/2007, e não apenas com a Chamada Pública 002/2007/MEC, datada de dezembro de mesmo ano, como pensado inicialmente.

Apesar das escassas informações disponibilizadas pelo MEC sobre a reorganização da rede federal EPT, a Direção-Geral do CEFET-SC vai de algum modo buscar um consenso entre as suas unidades descentralizadas e as comunidades acadêmicas a respeito da adesão ao novo projeto do governo, porém ainda sem sucesso neste primeiro momento.

Além disso, percebeu-se que o projeto de transformar-se em UT a exemplo do ocorrido com o CEFET-PR no final de 2005, vai permear as expectativas e os entendimentos dos servidores do CEFET-SC durante o processo de transformação em IFSC, visto que o aumento da oferta de cursos de nível superior, bem como as possibilidades de ampliação de projetos de pesquisa e extensão, foram utilizados como um dos principais argumentos para o apoio à transformação.

Diante desse contexto, as expectativas e os entendimentos iniciais dos sujeitos que participam desse processo é de dúvidas e até de resistência, pois tratava-se de um projeto desconhecido, elaborado num curto espaço de tempo, e que vai contrariar as expectativas de transformação em UT.

Após a tentativa inicial da Direção-Geral do CEFET-SC junto das unidades descentralizadas para apoio do processo de transformação institucional e o retorno negativo frente à transformação, foi estabelecido por esses dirigentes uma consulta pública junto à comunidade acadêmica, que vai de algum modo colaborar para o aprofundamento do debate sobre a nova institucionalidade e será um fator de relevância para a ampliação do apoio dos servidores. De todo modo, segue sendo um debate aligeirado, considerando o curto espaço de tempo imposto pelo MEC para adesão do novo projeto.

É possível apontar que a consulta pública realizada no CEFET-SC tem sua origem a partir do retorno encaminhado por essas unidades, pois diante de tantas dúvidas e incertezas geradas pela publicação do Decreto, foi necessário organizar uma estratégia de convencimento junto à comunidade acadêmica. A apresentação das teses e seus desdobramentos terão papel fundamental para a aprovação da tese favorável.

Observamos ainda que, mesmo a proposta vencedora sendo a opção favorável para a transformação em IFET, esse processo no interior do CEFET-SC foi marcado por tensões que ainda sobrevivem nos relatos sobre esse momento institucional.

Também observamos que as expectativas a respeito da nova instituição giraram em torno principalmente das possibilidades do aumento da oferta de cursos superiores (mesmo com os percentuais estabelecidos na lei), da expansão institucional e, como consequência, do aumento do número de matrículas, da interiorização da rede, e da ampliação orçamentária e de número de servidores.

Entende-se, desta maneira, que o projeto de UT apesar de abandonado pelo MEC, pelos gestores do CEFET-SC e pela maioria dos servidores que participaram da consulta pública, vai encontrar nessa nova organização possibilidades de ser executado, ao menos em partes.

Notamos que o debate a respeito da oferta dos cursos proposta pelo MEC, bem como as questões pedagógicas sobre EPT, ocuparam um lugar secundário nas expectativas e entendimentos.

Destacamos ainda, que as Concepções e Diretrizes para os Institutos Federais foram lançadas pela SETEC apenas em junho de 2008, deste modo, a adesão dos CEFETs à Chamada Pública 002/2007/MEC já havia ocorrido. Assim, as concepções descritas neste documento não fizeram parte do debate de transformação institucional.

REFERÊNCIAS

05

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. reed. rev. e atual, Florianópolis: Ed. do IFSC, 2010. 234 p., il.

Disponível em:

http://www.ifsc.edu.br/arquivos/pesquisa/publicacoes/livros%20do%20ifsc/livro%20100anos_2016.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

IFSC. Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia, Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Florianópolis, 2020. Disponível em:

<https://www.ifsc.edu.br/pdi-2020-2024>. Acesso em: 08 mai. 2021.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Universidade tecnológica e redefinição da institucionalidade da educação profissional: concepções e práticas em disputa. In: MOLL, J. e Colaboradores. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010, v. único, p. 141-158.

RIBAS, Fernando Cesar Fiorini. **As competências dos administradores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: uma perspectiva sobre o concurso público e a avaliação de desempenho**. 2013. 244 p. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PPAU0172-D.pdf>.

SILVA, Jesué Graciliano da; SILVA, Marcelo Carlos da; Sielski, Consuelo Aparecida. **Transformação do CEFET em IFSC: Concepções, Conquistas e Desafios**. 2014 Disponível em: <https://transformacaodocefetscemifsc.wordpress.com/>. Acesso em 21 Abril de 2021.

